



MATRIZ DE RISCO

Contratação de empresa especializada para prestação de show artístico da atração musical da banda FORRÓ BRASIL, a ser realizado no dia 11 de junho de 2025, na Praça Etelvino Mendonça, em decorrência da 58ª (quinquagésima oitava) Feira do Caminhão “Festa dos Caminhoneiros.”

Fase: Execução contratual de empresa prestadora de serviços técnicos especializada na apresentação artística da banda FORRÓ BRASIL.

A Matriz de Risco é composta de:

1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

PROBABILIDADE	IMPACTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Muito Baixa	Evento extraordinário sem histórico de ocorrência	Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos	Muito Baixa	Impacto mínimo nos objetivos
Baixa	Evento usual e esperado, não centrado no histórico de ocorrência	2	Baixa	2	1



Impacto médio nos objetivos com possibilidade de recuperação	Impacto significativo nos objetivos com possibilidade remota de recuperação
Media	Muito Alta
3	4
5	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Risco	Baixo	Médio	Elevado	Extremo
Alta	3 - 4	5	6 - 7	8 - 9
Média	1 - 2	3 - 4	5 - 6	7 - 8
Baixa	0 - 1	2 - 3	4 - 5	6 - 7

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.

A

Assim, temos a seguinte Matriz de Risco:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Fase 1	Evento de Risco ²	Causas ³	Consequências ⁴	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco P x I ⁵	Resposta ⁶	Responsáveis
Planejamento	Rejeição na assinatura do instrumento	"Mergulho" no preço proposto; não disponibilidade da artista almejada.	Não formalização de instrumento e assim ficaremos sem o serviço artístico necessário	4	4	4	Ação de contingência: aferir se os preços praticados no mercado, de modo a evitar distorções.	Contingência Contratante Mitigação: Contratante e Contratado
Planejamento	Escolha inadequada do empresário que representa o artista.	Falta de rigor na seleção do prestador, faltas na dificuldade no cumprimento das obrigações legais, e observância das sanções	Rejeição na qualidade do artista almejado.	3	4	12	Contingência: Realizar pesquisa de mercado abrangente, com análise criteriosa dos requisitos de qualificação	Equipe de Planejamento Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
BREVE ITIBAIANA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



<p>em última análise, pode vir a prejudicar expressividade do evento público, bem como não conseguir presguardar a preservação da cultura junina.</p>	<p>mitológicas, caso o evento venga a se materializar em caráter residual, é preciso estudar viabilidade ou não de contratação de banda emergencialmente diversa.</p>
<p>Alteração de de reuniões secundárias da contratação como a identificação da empresa, ou a fonte por qual os serviços correrão pagamentos dos.</p>	<p>Fatores externos alheios à vontade administrativa que sobrevêm, consequente à inviabilidade do pagamento pelos serviços prestados, assinaladamente, incorporação da contratada podendo ocasionar contenda judicial, ainda por mais que o remanejamento de recursos que formam o enriquecimento ilícito, na forma do Art. 884, da Lei Federal N° 14.133/2021.</p>
<p>Cessão do Contrato.</p> <p>Insistente a dotação, originalmente, concebia para os pagamentos</p>	<p>De modo preferencial a tentar-se para tais alterações durante a execução contratuais e empender os apossementos necessários na forma do Art. 36, da lei federal N° 14.133/2021.</p> <p>Acaso inviável, rescindir o instrumento contractual antes da plena e efetiva execução contratual. Para substituir-lo por outro que o possa fazer com o</p>

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



	adocção da liturgia estabelecida no Art. 9º, da Lei Federal No 14.133/2021.
	Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efe- tivo.
	a viabilidade pertinência de contratar o serviço por meio diverso.
	Assim, caso o licitante execute o serviço, mas tenha como vir a liquidado seu pagamento pelos novos acordo(s) con- cluídos.
	neste tópico, paga- to mediante indenização, bem como instaurar o competente procedimento de apuração de responsabilização. Adotar as medidas legais pertinentes, conforme o item 17.25 e 18.22, do



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

		Termo de Referência para reaver os possíveis valores despendidos na antecipadane
	Falta de capacidade técnica das comissões processantes falta de clareza acerca das responsabilidades e procedimentos para condução dos processos administrativos com vistas à apuração de infrações relacionadas à execução do contrato e normas pertinentes para condição desses processos, levando a não instauração dos processos ou a	De modo prejorativo proceder tanto à capacitação dos membros responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes.
	Falta de capacidade técnica da estimulação dos termos contratuais, e ou falta de capacitação dos membros da equipe de fiscalização. impunidade e conetidas à sensação de ambiente próprio a recorrência de irregularidades na execução do contrato.	Consequentemente elaboração de termos contratuais mais preciosos. Mesmo com as precações acaso o risco rematerialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração de medidas.
	PAAD, bem como proceder às necessárias provas	PAAD, bem como proceder às necessárias provas



<p>Instituição dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (p. ex., estabelecimento da conduta tipificadora, teor de causalidade, culpabilidade, provas, garantia de contraditório e ampla defesa)</p>		<p>contribuição do abastecimento, seja com a contratação dos licitantes para execução de permanente na forma do Soc. no Art. 90 da Lei N. 14.133/2021.</p>	<p>Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efeito, é pertinente de contratar o serviço por meio diverso.</p>
<p>Falta de previsão de sanções para especificas obrigações relevantes do contrato, juntamente com a ausência de definição clara da irregularidade da forma de cálculo da sanção e das</p>	<p>Falta de capacidade técnica para estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos equipes de fiscalização com consequente dificuldade para</p>	<p>De modo prévio proceder tanto a capacitação quanto a membros responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração de critérios. Consequentemente elaboração de</p>	
		<p>Contratante e/ou Contratado desidioso,</p>	

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



evidências necessárias para a penalização	Abílio Santos que contribuam para trazer o contrato à normalidade ou ate mesmo a anulação das sanções aplicadas.	termos contratuais mais precisos. Mesmo com as preceções acima o risco se materializou. rescisão do termo contratual com consequente delagrado do PAAD bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais fornecedores para execução de remanejamento na forma do §6º do Art. 9º da Lei N° 14.332/2021.
viabilidade e pertinência de	Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efeito, estuda a	viabilidade e pertinência de

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

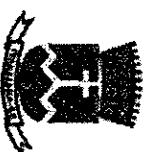


<p>Gestão do Contrato</p> <p>14133/2021</p> <p>art. 155, § 1º, natureza e a gravidade da infração peculiares do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos)</p>	<p>contratar o serviço por meio diverso. Adotar as medidas legais pertinentes conforme o item 17.25 e 18.22, do Termo de Referência para trazer os possíveis efeitos despendidos antecipadamente.</p>
<p>(Lei 14.133/2021, art. 155, § 1º, natureza e a gravidade da infração peculiares do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos)</p>	<p>Definido proceder, tanto a capacitação dos membros responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes, consequentes à contratação, com questionamentos e anúncio das sanções.</p> <p>5</p> <p>Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções acaso o risco se materialize, rescisão do termo, com consequente:</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



Indômitas Suspensas (Cesis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep)	quanto mínimo de demandas asseberante, levando a não disponibilização dos serviços em tempo hábil para tanto participação indevida em licitações e/or contratação por outras organizações públicas, com restrições	14.133/2021, com consequente infecção da sancão e participação de licitações e/or contratação por outras organizações públicas, com restrições	equilibrado, para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes para execução de remanescente, na forma do § 6º do Art. 9º, da Lei No 14.133/2021.	EM caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efeito.
---	--	--	---	---



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



<p>Art. 9º da Lei Nº 14.332/2021</p> <p>Em caso de carência residual, ou seja, quando não houver medida suficiente para atender à demanda, o gestor poderá contratar o serviço por meio diverso.</p>	<p>Art. 9º da Lei Nº 14.332/2021</p> <p>Em caso de carência residual, ou seja, quando não houver medida suficiente para atender à demanda, o gestor poderá contratar o serviço por meio diverso.</p>
<p>Receio do gestor</p> <p>de ser responsabilizado</p> <p>pela manutenção</p> <p>de contrato e/ou</p> <p>de ilegalidade</p> <p>insanável</p> <p>entendimento</p> <p>que</p> <p>viciado</p> <p>déver ser</p> <p>cancelado.</p> <p>A todo</p> <p>custo</p>	<p>Evitação</p> <p>de</p> <p>avaliação previa</p> <p>dos impactos da</p> <p>mediação,</p> <p>com</p> <p>consequentes</p> <p>inérentes a cada</p> <p>prejuízo,</p> <p>maiores</p> <p>ao</p> <p>interesse público,</p> <p>incluindo</p> <p>a</p> <p>interrupção</p> <p>de</p> <p>atividades</p> <p>essenciais,</p> <p>e</p> <p>a</p> <p>dimensão do erro</p> <p>materializado com</p> <p>visão a manutenção</p> <p>contrato infrator,</p> <p>ou em não sendo</p> <p>possível adota-</p> <p>medidas</p> <p>administrativas</p> <p>diversas como a</p> <p>convocação de</p>
<p>Contrato</p> <p>do</p> <p>Contrato</p> <p>que</p> <p>não consegui-</p> <p>definir se o erro</p> <p>é passível de</p> <p>validação ou</p> <p>não.</p>	<p>Capacitação</p> <p>do</p> <p>servidor</p> <p>responsável</p> <p>por</p> <p>elidir a situação em</p> <p>especial, com a</p> <p>prestação</p> <p>dos</p> <p>serviços</p> <p>de</p> <p>subterfúgios</p> <p>que</p> <p>auxiliem</p> <p>na</p> <p>aplicação</p> <p>da</p> <p>fiscalização</p>
<p>Indenização</p> <p>licitante</p> <p>contratado</p> <p>danos e perdas</p> <p>soltos (caso a</p>	<p>Contratação</p> <p>Fiscalização</p>

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



Legalidade não seja de sua responsabilidade)	licitante para execução de renascente, na forma do § 8º do Art. 90 da Federal Lei 14.133/2021	licitante para execução de renascente, na forma do § 8º do Art. 90 da Federal Lei 14.133/2021
Observações:		

- A Matriz de Risco deve ser atualizada periodicamente, de acordo com as alterações que possam ocorrer durante a execução contratual.
- É fundamental analisar os riscos e adotar medidas preventivas para aumentar as chances de sucesso na contratação e na execução dos serviços, garantindo uma gestão tributária eficiente, transparente e em conformidade com a legislação.

Referência legal:

- ✓ Art. 92, inc. IX, da Lei nº 14.133/2021.

Itabaiana/SE, em 24 de abril de 2025.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para conhecimento e para a fiscalização da contratação e demais providências cabíveis.

(Assinatura)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Cleverton Teles de Jesus
Cleverton Teles de Jesus
(Membro convidado)